



**MUNICÍPIO DE NOVA
ESPERANÇA DO SUDOESTE**
Estado do Paraná



PARECER JURÍDICO Nº 71/2026

Do Relatório

Trata-se de análise jurídica acerca do recurso administrativo interposto pela empresa CONSORA CONSTRUTORA LTDA em face da habilitação da empresa RODRIGO CARDOSO CONSTRUÇÕES LTDA, no âmbito da Concorrência Eletrônica nº 05/2026, cujo objeto é a execução, sob regime de empreitada por preço global, da seguinte obra:

Local: Avenida Vereador Guilherme Leandro, s/n, Bairro Centro, Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR.
Objeto: Construção de Centro de Convivência. Contendo: Sala de Recepção/ Espera, Salão de Apoio, Piscina aquecida, Circulação perimetral à piscina, Acesso Coberto (Varanda), Circulação, Fosso de ventilação (descoberto), Vestiário Feminino, WC PNE-F (banheiro Feminino adaptado a cadeirante), Vestiário Masculino, WC PNE-M (banheiro Masculino adaptado a cadeirante), Sala de academia e Casa de máquinas (bombas/ filtro/ bomba de calor).
Área Construída: 352,65 m².
Colocação de placas de comunicação visual.
Prazo de execução: 360 (trezentos e sessenta) dias.
Patrimônio líquido mínimo: R\$ 115.432,44 (cento e quinze mil, quatrocentos e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos).
Preço máximo: R\$ 1.154.324,49 (um milhão, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos).

A recorrente sustenta, em síntese:

- ✓ ausência de apresentação de documentos relativos à regularidade fiscal, especificamente: comprovante de inscrição no CNPJ, inscrição estadual ou municipal e certidão de regularidade perante a Fazenda Federal;
- ✓ irregularidade na qualificação técnica, diante da ausência de assinatura do responsável técnico na relação de veículos, máquinas e equipamentos;
- ✓ irregularidade na qualificação econômico-financeira, em razão da ausência de assinatura do contador no Anexo X – Declaração de Capacidade Operacional Financeira;



**MUNICÍPIO DE NOVA
ESPERANÇA DO SUDOESTE**
Estado do Paraná



✓ impossibilidade de saneamento posterior, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

m contrarrazões, a empresa recorrida defende a manutenção de sua habilitação, alegando, em síntese:

- ✓ existência de cadastro regular no SICAF, apto a suprir documentos de habilitação;
- ✓ possibilidade de diligência e saneamento de falhas meramente formais;
- ✓ apresentação de documentos complementares aptos a demonstrar a regularidade fiscal, técnica e econômico-financeira;
- ✓ aplicação do princípio do formalismo moderado e da busca da proposta mais vantajosa.

É o relatório.

Da Fundamentação

O exame aqui empreendido se restringe aos aspectos exclusivamente jurídicos, não significa vinculação ao mérito administrativo, não adentrando a competência técnica da Administração.

Cumpra esclarecer, também, que toda verificação desta Procuradoria Jurídica tem por base as informações prestadas e a documentação encaminhada pelos órgãos competentes e especializados da Administração Pública. Portanto, tornam-se as informações como técnicas, dotadas de verossimilhanças, pois não possui essa procuradoria o dever, os meios ou sequer a legitimidade de deflagrar investigações para aferir o acerto, a conveniência e a oportunidade dos atos administrativos a serem realizados, impulsionados pelo processo licitatório.

O Edital da Concorrência Eletrônica nº 05/2026 exigiu condições mínimas para participação na licitação, o que exige-se observância às condições específicas do referido edital e seus anexos, em observância aos princípios constitucionais e legais, dentre os quais destaca-se a Legalidade,



**MUNICÍPIO DE NOVA
ESPERANÇA DO SUDOESTE**
Estado do Paraná



Isonomia, ampla e justa competição, os quais devem ser observados em todo o procedimento licitatório.

Neste contexto, é essencial julgar com objetividade e razoabilidade as decisões administrativas, mediante avaliação adequada quanto à conformidade das propostas e o cumprimento das exigências necessárias/essenciais.

O artigo 59 da Lei 14.133/2021 dispõe das hipóteses de desclassificação das propostas. É a redação do supracitado artigo, *in litteris*:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

Sobre o tema, vejamos o que ensina a doutrina:

A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado (Hely Lopes Meirelles).

Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes no edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios



**MUNICÍPIO DE NOVA
ESPERANÇA DO SUDOESTE**
Estado do Paraná



norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada (Marçal Justen Filho).

Quanto a regularidade fiscal, a recorrente sustenta a ausência de comprovante de inscrição no CNPJ, inscrição estadual ou municipal e certidão de regularidade perante a fazenda federal. Todavia, observa-se que a recorrida possui registro no SICAF, circunstância expressamente admitida pelo item 7.2 do edital como meio substitutivo de habilitação.

A Lei nº 14.133/2021 dispõe:

Art. 68, §1º Os documentos referidos nos incisos do caput deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

No caso concreto, verifica-se que a inscrição no CNPJ é passível de consulta pública, o cadastro tributário municipal consta em documentos apresentados, a certidão federal foi posteriormente juntada em sede de contrarrazões, a empresa possui cadastro ativo no SICAF.

Assim, não se verifica prejuízo à comprovação efetiva da regularidade fiscal da licitante. Importante destacar que a vedação prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 não impede diligência para complementação de documento preexistente ou esclarecimento de informação já existente à época da habilitação.

Portanto, as alegações relativas à regularidade fiscal não merecem prosperar.

Quanto a qualificação técnica, a recorrente argumenta que a relação de veículos, máquinas e equipamentos foi apresentada sem assinatura do responsável técnico e sem identificação do CREA/CAU. Entretanto, das contrarrazões apresentadas, verifica-se a existência de documentos correlatos assinados pelo responsável técnico, incluindo



**MUNICÍPIO DE NOVA
ESPERANÇA DO SUDOESTE**
Estado do Paraná



cronograma de utilização de equipamentos e demais documentos técnicos vinculados ao certame.

Além disso, a empresa demonstrou possuir responsável técnico regularmente registrado, bem como acervo técnico compatível com o objeto licitado. Nesse contexto, eventual ausência de assinatura específica em documento acessório caracteriza irregularidade meramente formal, passível de saneamento, desde que não comprometa a aferição da qualificação técnica.

Assim, considerando a documentação técnica constante dos autos e a possibilidade de diligência para saneamento formal, não se verifica vício insanável apto a justificar a inabilitação da recorrida.

Em relação a qualificação econômico-financeira, a recorrente sustenta ausência de assinatura do contador no Anexo X – Declaração de Capacidade Operacional Financeira. Entretanto, analisando os documentos apresentados e as contrarrazões, verifica-se que foram apresentados balanço patrimonial e demonstrações contábeis, os índices contábeis foram demonstrados, há documentação contábil formalmente válida e assinada eletronicamente e o próprio edital prevê que a declaração contábil poderá ser exigida “a critério da Administração.

Além disso, a ausência de assinatura em anexo declaratório não afasta, por si só, a comprovação objetiva da capacidade econômico-financeira da empresa, especialmente quando os documentos principais encontram-se regulares. Desse modo, também neste ponto não se verifica irregularidade apta a ensejar a inabilitação da licitante.

Diante desse contexto, importante ressaltar que a Nova Lei de Licitações prestigia o formalismo moderado, a competitividade e a busca da proposta mais vantajosa à Administração Pública. No presente caso, verifica-se que a empresa recorrida apresentou a proposta de menor valor; não há demonstração de prejuízo à Administração; as supostas irregularidades apontadas possuem natureza eminentemente formal; a qualificação técnica, fiscal e econômico-financeira restou materialmente demonstrada.



**MUNICÍPIO DE NOVA
ESPERANÇA DO SUDOESTE**
Estado do Paraná



Assim, eventual inabilitação por meras falhas sanáveis afrontaria os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e interesse público.

Conclusão

Diante do exposto, esta Procuradoria Jurídica OPINA pelo ONHECIMENTO do recurso administrativo interposto pela empresa CONSORA CONSTRUTORA LTDA, por ser tempestivo e, no mérito, pelo DESPROVIMENTO do recurso administrativo. Opina também, pela manutenção da a habilitação da empresa RODRIGO CARDOSO CONSTRUÇÕES LTDA.

É o parecer.

Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, 07 de maio de 2026.

Juliana Mara Nespolo
Procuradora Municipal